



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica – Direito Internacional e Relações Internacionais
(Ano académico 2023/2024)

1. Nome da Unidade curricular:

Justiça Internacional (Turma A)

A unidade curricular visa o estudo dos principais sistemas de justiça internacional contemporânea – universal e regional, de âmbito geral e especializado em razão da matéria –, bem como das relações entre os mesmos e entre estes e a Ordem Jurídica Portuguesa e a Ordem Jurídica da União Europeia.

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral Anual
Horas de Trabalho: 196/ 40TP
Créditos ECTS: 7

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Maria José Reis Rangel de Mesquita – 2 horas semanais

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Não aplicável

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Objectivos da aprendizagem (conhecimentos técnico-jurídicos):

- a aquisição dos conceitos técnicos jurídicos essenciais subjacentes à problemática dos sistemas de justiça internacional;
- a aquisição crítica de conhecimentos sobre a natureza e modo de funcionamento dos principais sistemas de justiça internacional contemporâneos com vista à utilização desses sistemas.

Objectivos da aprendizagem (aptidões e competências):

- a análise crítica comparativa dos elementos estruturantes dos sistemas (análise crítica transversal comparada);
- a análise crítica de *case law* e o seu contributo para a evolução do Direito Internacional (geral e especializado em razão da matéria);
- a compreensão crítica da relação entre os diversos sistemas e da relação entre a Ordem Jurídica da União Europeia e nacional e esses sistemas (estádio actual e perspectivas de evolução);
- a aquisição de competências essenciais para utilizar cada um ou vários desses sistemas em função dos litígios concretos e dos direitos envolvidos, em especial os sistemas transnacionais que permitem o acesso de sujeitos não estaduais.

6. Conteúdos programáticos:

1. INTRODUÇÃO

1.1 Resolução de diferendos internacionais 1.2 Justiça internacional e especialização do Direito Internacional, fontes e sujeitos 1.3 Justiça Internacional: delimitação do conceito 1.4 Tipologias de Justiça Internacional 1.6 Justiça internacional: elementos estruturantes



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

2. JUSTIÇA INTERNACIONAL UNIVERSAL

2.1 Justiça de âmbito genérico

2.2 Justiça especial 2.2.1 Justiça internacional penal 2.2.2 Justiça internacional do mar 2.2.3 Justiça internacional económica 2.2.4 Justiça internacional administrativa

3. JUSTIÇA INTERNACIONAL REGIONAL

3.1 Justiça de âmbito genérico 3.1.1. Europa 3.1.2 África

3.2 Justiça especial 3.2.1 Protecção dos direitos do homem 3.2.1.1 Europa (CEDH e TEDH) 3.2.1.2 América (CADH e TIADH) 3.2.1.3 África (CADHP e TADHP) 3.2.2 Em matéria económica (Mercosul) 3.2.3 Outros

3.3 A promoção do papel dos direitos fundamentais e do estado de direito enquanto valores europeus na Justiça internacional regional e sua relação com o contencioso nacional

4. A RELAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS DE JUSTIÇA INTERNACIONAL E SUA CONCRETIZAÇÃO

5. A JUSTIÇA INTERNACIONAL, A ORDEM JURÍDICA DA UNIÃO EUROPEIA E A ORDEM JURÍDICA PORTUGUESA

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Os conteúdos programáticos integram uma abordagem completa dos aspectos principais dos sistemas contemporâneos de justiça internacional numa dupla perspectiva: a perspectiva comparativa transversal a partir dos seus elementos estruturantes e a perspectiva de cada sistema individualmente considerado, quer na sua vertente material, quer na sua vertente processual. Tal abordagem permite o conhecimento desses sistemas com vista à sua utilização futura – em razão da matéria envolvida no diferendo a resolver.

Por seu lado, os conteúdos programáticos englobam uma abordagem do seu relacionamento com as ordens jurídicas portuguesa e da União Europeia, tendo em conta que a resolução de diferendos e a protecção de direitos tem lugar hoje ao nível nacional e transnacional – em especial regional europeu. Tal abordagem permite o conhecimento dessas relações com vista à articulação, em cada caso, dos meios nacionais e transnacionais relevantes para a resolução de diferendos.

8. Metodologias de ensino:

A metodologia de ensino assenta em dois vectores: uma introdução teórica a cada ponto dos conteúdos programáticos através de método expositivo e da problematização das questões; a análise e comentário crítico de jurisprudência (*case law*) relativa aos principais sistemas de Justiça Internacional e dos textos que os instituem – de acordo com a indicação prévia das matérias e da jurisprudência e outros documentos para preparação da aula por parte dos mestrandos. Para o efeito, privilegia-se a utilização da plataforma de *e-learning* da Universidade de Lisboa, com uma página própria para a unidade curricular.

9. Avaliação:

Além da prova escrita de avaliação final obrigatória prevista no Regulamento em vigor (ponderação de 50%), a metodologia de avaliação, quanto aos outros elementos de avaliação do curso de mestrado (50%), assenta em dois vectores: uma componente prática (análise crítica de jurisprudência, comentário de artigo dos Tratados que instituem sistemas de justiça internacional e/ou elaboração de peça processual, em função do número de alunos); uma componente de investigação e elaboração de trabalho escrito sobre um tema específico do programa de acordo com a formação e os interesses individuais dos mestrandos.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

A introdução teórica e problematização das questões jurídicas permite a aquisição dos conceitos técnico-jurídicos subjacentes à problemática dos sistemas de justiça internacional e dos conhecimentos essenciais sobre a caracterização e modo de funcionamento dos vários sistemas objecto de estudo.

A análise e comentário crítico dos textos institutivos dos sistemas de justiça internacional (artigos temáticos) e da jurisprudência, bem como a elaboração de simulações (sob a forma de peças processuais) permite em especial uma compreensão do modo de funcionamento dos sistemas na prática – em termos materiais e processuais – com vista à sua utilização face a um litígio concreto – sistema ou sistemas relevantes e modo de articulação entre o nível nacional e transnacional.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

11. Bibliografia principal:

MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *Justiça Internacional. Lições, Parte I – Introdução*, Lisboa, AAFDL, 2010; *Justiça Internacional. Lições. Parte II – Justiça Internacional Regional, Justiça Especial. Justiça Regional especializada em matéria de Direitos Humanos. Introdução. Europa*, Lisboa, AAFDL, 2020; *Introdução ao Contencioso da União Europeia, Lições*, 4.^a ed., Coimbra, Almedina, 2022

CHITTARANJAN AMERASINGHE, *Jurisdiction of International Tribunals*, Kluwer Law International, The Hague, 2003; *Jurisdiction of Specific International Tribunals*, Martinus Nijhoff, Leiden, 2009

RUTH MACKENZIE *et al.*, *The Manual on International Courts and Tribunals*, 2.^a ed., Oxford, University Press, 2010

THERESA SQUATRITO *et al.* (ed.), *The Performance of International Courts and Tribunals*, Cambridge, Cambridge University Press, 2018

WILLIAM SCHABAS, SHANNONBROOKE MURPHY (ed.), *Research Handbook on International Courts and Tribunals*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing, 2017

ARMIN VON BOGDANDY E INGO VENZKE, *In Whose name? A Public Law Theory of International Adjudication*, Oxford, University Press, 2016

12. Observações:

O ensino da unidade curricular integra o ensino e a investigação do Módulo Jean Monnet “Fundamental Rights and Rule of Law as European Values in a Global World after the Conference on the Future of Europe” (2022-2025, Key Topic 3 – Promoting the role of Fundamental Rights and the Rule of law as EU values in national and international regional litigation [3., 3.3.]).

Bibliografia completa e elementos de estudo disponíveis na página da disciplina disponível no site da FDUL.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Curricular Unit Sheet

Course: Master in Law and Legal Practice - International Law and International Relations
Academic Year 2023/2024

1. Curricular Unit Name:

International Justice (TA)

The curricular unit aims at the study of the main systems of contemporary international justice – universal and regional, general and specialized *ratione materiae* – as well their respective relationship and the relationship with the Portuguese legal order and the European Union legal order.

2. Complementary Information:

Duration: Semester Annual

Work hours: 196/ 40TP

Credits ECTS: 7

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

Maria José Reis Rangel de Mesquita – 2 hrs/week

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

Not applicable

5. Learning outcomes of the curricular unit:

Juridical knowledge:

- acquire the relevant technical-juridical key concepts essential to understand the problematic of the international justice systems
- acquire knowledge on the juridical nature and the way of functioning of the main international justice systems in order to know how to use those systems in practice

Skills and competences:

- critical analysis of those systems regarding its basic structural elements (transversal critical comparative analysis);
- critical analysis of the case law produced by those systems (international courts and international jurisdictional institutions) as well as of its contribute to the development of the (general and specialized) International Law
- critical comprehension of the relationship between those systems of contemporary international justice as well as of the relationship between them and the EU and the Portuguese legal order (current state and perspectives of evolution)
- acquire the necessary skills to be able to use each of those systems according to the dispute to be solved and the rights involved in dispute, specially of the transnational systems opened to non-state subjects (individuals and others)

6. Syllabus:

1. INTRODUCTION

1.1 Settlement of international disputes 1.2 International Justice and International law (specialization, sources and subjects) 1.3 International Justice: concept 1.4 International Justice: categories 1.6 International justice: structural elements



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

2. UNIVERSAL INTERNATIONAL JUSTICE

2.1 General scope

2.2 Special scope 2.2.1 International Criminal Law 2.2.2 Law of the Sea 2.2.3 International trade 2.2.4 International administrative tribunals

3. REGIONAL INTERNATIONAL JUSTICE

3.1 General scope 3.1.1. Europe 3.1.2 Africa

3.2 Special scope 3.2.1 Protection of human rights 3.2.1.1 Europe (ECHR and ECtHR) 3.2.1.2 America (ACHR and IACHR) 3.2.1.3 Africa (ACHPR and the ACourtHPR and beyond) 3.2.2 Economic integration (Mercosur) 3.2.3 Other
3.3 Promoting the role of Fundamental Rights and the Rule of Law as EU and European values in international regional litigation and its relationship with national litigation.

4. THE RELATIONSHIP BETWEEN THE SYSTEMS OF INTERNATIONAL JUSTICE AND THEIR PRACTICE

5. THE INTERNATIONAL JUSTICE, THE EU LEGAL ORDER AND THE PORTUGUESE LEGAL ORDER

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

The syllabus includes a complete approach of the main aspects of the contemporary systems of international justice in a dual perspective: the horizontal comparative perspective based on their structural elements and the individual perspective of each system both in its material and procedure features. Such approach allows the knowledge of such systems aiming at its future use according to the nature of the dispute to be solved through such systems.

Moreover, the syllabus includes the approach of the relationship between the mentioned systems and the Portuguese an EU legal orders, considering that the dispute settlement and the protection of rights takes place at present both at national and transnational level, specially at regional european level. This approach allows the knowledge of such relationships aiming at the coordination, in each case, of the national and transnational relevant means in order to solve the disputes.

8. Teaching methodologies (including evaluation):

Teaching methodologies are based in two elements: a theoretical introduction to each subject of the syllabus through the use of the expositive method and the identification of the main problematic juridical issues; the critical analysis of the relevant case law and of selected material and procedural rules of the systems; according to previous identification of the topics to be analysed and of the relevant documents and doctrine for previous preparation by the students. In this respect priority is given to the use of the *e-learning* platform of the University of Lisbon with a specific page for this curricular unit.

9. Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

The theoretical introduction and identification of the juridical issues allows the acquisition of the key juridical concepts regarding the systems of international justice as well of the knowledge on the nature and modus operandi of each system.

The critical analysis of the rules of each system (selected material and procedural rules) as well of the case law and the drafting of a procedural piece allows in particular the comprehension of the system in practice, aiming at its use when facing a concrete dispute – identifying the relevant systems or systems that may be used and how they relate to the national level.

10. Evaluation:

Besides the compulsory written examination foreseen in the Regulation in force (50%), the evaluation methodology , regarding the other elements for evaluation of the master course (50%), is based in two elements: a practical element (critical analysis of case law, critical analysis and commentary of selected rules guiding the systems or procedural piece, according to the number of students attending the curricular unit); and a research element in order to write a paper on a specific topic according to the background of the students (law, international relations, other) ant their individual thematic preferences.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

11. Main Bibliography:

MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *Justiça Internacional. Lições, Parte I – Introdução*, Lisboa, AAFDL, 2010; *Justiça Internacional. Lições. Parte II – Justiça Internacional Regional, Justiça Especial. Justiça Regional especializada em matéria de Direitos Humanos. Introdução. Europa*, Lisboa, AAFDL, 2020; *Introdução ao Contencioso da União Europeia, Lições*, 4.^a ed., Coimbra, Almedina, 2022

CHITTARANJAN AMERASINGHE, *Jurisdiction of International Tribunals*, Kluwer Law International, The Hague, 2003; *Jurisdiction of Specific International Tribunals*, Martinus Nijhoff, Leiden, 2009

RUTH MACKENZIE *et al.*, *The Manual on International Courts and Tribunals*, 2.^a ed., Oxford, University Press, 2010

THERESA SQUATRITO *et al.* (ed.), *The Performance of International Courts and Tribunals*, Cambridge, Cambridge University Press, 2018

WILLIAM SCHABAS, SHANNONBROOKE MURPHY (ed.), *Research Handbook on International Courts and Tribunals*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing, 2017

ARMIN VON BOGDANDY E INGO VENZKE, *In Whose name? A Public Law Theory of International Adjudication*, Oxford, University Press, 2016

12. Remarks:

The teaching activity will be part of the teaching and research activities of the Jean Monnet “Fundamental Rights and Rule of Law as European Values in a Global World after the Conference on the Future of Europe” - (2022-2025, Key Topic 3 – Promoting the role of Fundamental Rights and the Rule of law as EU values in national and international regional litigation [Syllabus, 3, 3.3.]).

Full Bibliography list and documents for the study and practical work available at the webpage of the curricular unit.